



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2015)

ATA N.º 4/2015

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA REALIZADA NO DIA TRINTA DE JUNHO DE DOIS MIL E QUINZE

Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e quinze, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu pelas vinte e uma horas e quinze minutos em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO UM: Período para intervenção do público-----

PONTO DOIS: Período Antes da Ordem do Dia-----

PONTO DOIS PONTO UM: Leitura do Expediente-----

PONTO DOIS PONTO DOIS: Outros assuntos, de interesse para a Autarquia-----

PONTO TRÊS: Período da Ordem do Dia-----

PONTO TRÊS PONTO UM: Apreciação das atividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.-----

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Análise conducente à aprovação da Ata nº2 da Sessão Extraordinária de 25 de abril de 2015.-----

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Análise conducente à aprovação da Ata nº3 da Sessão Ordinária de 27 de abril de 2015.-----

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Pedido de autorização de abertura de Procedimentos Concursais para ocupação de diversos postos de trabalho.

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Proposta de 1ª Revisão Orçamental (1ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 1ª Revisão ao Orçamento da Receita e 1ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais).

2
M



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2015)

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Borba.

----- Tendo presente o nº 1 do artigo 57º da Lei 75/13 de 12 de Setembro lavra-se a presente ata-----

----- O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura da sessão e solicitou ao plenário, a permissão para que o membro Leonel António Valentim Infante ocupasse o lugar de 2º Secretário na Mesa da Assembleia Municipal. -----

- Seguidamente solicitou que se realizasse a chamada, verificando-se a presença dos membros: Luiz Manuel dos Santos Bimbo; Ricardo Jorge Brinquete Lapão; Rui Miguel Tavares Nobre Franco; Carlos Alberto Sebo Clérigo; Joaquim Henrique Coimbra Rodrigo; Leonel António Valentim Infante; António Júlio Florindo Prates; Ângelo João Guarda Verdades de Sá; Francisco José Ramalho Mendes; Joaquim Manuel Ganito Trincheiras; Augusto Manuel Bilro Guégués; João Miguel Cordeiro Geadas Letras; Paulo Jorge Ramos Ferreira; João Pedro Velez Paulo; Crispim Francisco Avó Lopes; Paulo Jorge Panasco Aires; Quintino Manuel Primo Cordeiro; João António Ameixa Morgado.-----

----- Verificou-se a ausência dos membros: Pedro Manuel Alpalhão Bilro, que justificou a sua falta (cuja justificação se arquiva em pasta anexa como **documento nº.1**) e foi substituído pelo senhor Joaquim Henrique Coimbra Rodrigo. Célia Maria Matos Alpalhão, que justificou a sua falta (cuja justificação se arquiva em pasta anexa como **documento n.º2**) e foi substituído pelo senhor Carlos Alberto Sebo Clérigo. Pedro Miguel Lopes Grego, que justificou a sua falta (cuja justificação se arquiva em pasta anexa como **documento nº. 12**). -----

----- Seguidamente tomou posse o membro Carlos Alberto Sebo Clérigo, que foi substituir o membro Célia Maria Matos Alpalhão. -----

PONTO UM: Período para intervenção do público

----- Não houve nenhuma intervenção. -----

PONTO DOIS: Período Antes da Ordem do Dia

PONTO DOIS PONTO UM: Leitura do Expediente

----- O membro Ricardo Lapão (1º Secretário) desejou boa noite a todos os presentes, e informou que tinham sido recebidos diversos ofícios do Partido Socialista nos quais foi solicitada a seguinte informação: -----

- **Copia dos discursos de todas as forças políticas feitos na Assembleia Municipal extraordinária do 25 de abril de 2015. (Documento entregue)** -----

- **Relativamente à Aquisição de terreno ao Sr. Ricardo Cordeiro (Santiago Rio de Moinhos), onde está previsto o Polo Industrial.** -----



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2015)

- Cópia do excerto da ata de reunião de Câmara com a deliberação de aquisição do terreno; ----
- Cópia do contrato celebrado com o Sr. Ricardo Cordeiro; -----
- Cópia das peças desenhadas dos dois projetos de loteamento elaborados pela Arq. Renata Silva, relativos ao loteamento do Pólo Industrial de Santiago Rio de Moinhos;-----
- Cópia da escritura realizada com o Sr. Ricardo Cordeiro relativa à aquisição do terreno;
(Documentos entregues) -----
- **Informação sobre a solução encontrada relativamente ao furo de captação de água, integrado no terreno comprado, propriedade do Sr. Ricardo Cordeiro, dado que nos documentos apresentados nada consta.** -----

- **Relativamente ao festival taurino da Rádio Campanário, realizado em 14/03/15**-----
 - Medidas tomadas para fazer cumprir o regulamento de publicidade, dado que a Rádio Campanário não licenciou a publicidade sonora nem a afixação de pendões publicitários. ----

- **Pedido de fornecimento de todo o processo de concurso promovido pela autarquia e aberto pelo Aviso nº 8518/2013 publicado na 2ª série do Diário da República nº 127 de 04/07/2013, destinado à ocupação em regime de contrato do trabalho em funções públicas por tempo indeterminado de 14 postos de trabalho, no prazo de 10 dias úteis, de acordo com o CPA.**-----

- **Foi novamente solicitado, cópia da seguinte documentação:**-----
 - Cópia do projeto de intervenção na fachada lateral do imóvel da sede da Sociedade Recreativa; -----
 - Processo de licenciamento das obras realizadas e parecer da DRACAAlentejo; -----
 - Folha de obra dos trabalhos realizados; -----
 - Apuramento de todos os custos relativos a materiais e mão-de-obra referida; -----
 - Folha de Obra dos trabalhos realizados na habitação da Rua das Almas, nº,9 em Borba e propriedade da Santa Casa da Misericórdia conforme informação do senhor Presidente da Câmara, intervencionada pelos trabalhos do Município; -----
 - Custos apurados relativamente a matérias e mão-de-obra utilizadas; -----

- **Foi rececionado um e-mail da Casa do Alentejo, com a seguinte documentação:** -----
 - Circular ofício da Comissão Promotora de AMAAlentejo para novas adesões a AMAAlentejo; ----



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2015)

- Duas fichas de adesão a AMAlentejo. Uma para a adesão da Assembleia Municipal e outra para a adesão individual de cada um dos seus legítimos representantes; -----
- O Documento Fundador da Comissão Promotora de AMAlentejo e as duas intervenções proferidas, em nome da mesma, na Sessão Solene de apresentação de AMAlentejo, que teve lugar no passado dia 7.5.2015, na Casa do Alentejo, em Lisboa.-----

----- O presidente da Assembleia Municipal, informou que toda aquela documentação ia ser enviada para os membros da Assembleia Municipal. -----

EXPEDIENTE – EXPEDIDO

➤ **Ofícios e email, para os diversos organismos, das Tomadas de Posição, Moção, Protesto e apresentados na Sessão da Assembleia Municipal de 27-04-2015.** -----

➤ **Ofício Câmara Municipal de Borba**-----

- Pedido de toda a documentação, solicitada pelo partido Socialista, nos ofícios atrás mencionados; -----

➤ **Ofícios Eleitos do Partido Socialista – Secção de Borba**-----

- Resposta a alguns dos pedidos de documentação atrás referidos, e ao pedido de: -----
- ***Cópia de todos os documentos do processo de aquisição da viatura usada, matrícula 53-03-OU, marca Same Silver 90 DT, incluindo o valor de aquisição, nº de anos, nº de horas, despesas efetuadas com as viaturas após a sua aquisição pagas pela autarquia e prazo de garantia caso existia.*** -----

PONTO DOIS PONTO DOIS: Outros assuntos, de interesse para a Autarquia-----

----- O membro Rui Franco desejou boa noite a todos os presentes e apresentou, leu, uma Tomada de Posição pessoal, (que se arquiva em pasta anexa como documento nº3) e seguidamente se transcreve -----

- "Tomada de Posição" -----

- Na última Assembleia Municipal, realizada no passado dia 27 de abril de 2015, fui vítima de um ataque pessoal que considero descabido e até antidemocrático. -----

O tema da água que o MuB tem trazido a debate tem provocado alguma azia ao membro Ângelo Sá. Como não tem argumentos válidos para defender a péssima opção política, que foi a adesão ao Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Centro Alentejo (ADCA), ataca as pessoas que contestam politicamente esta opção. -----



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2015)

Os argumentos apresentados pelo membro Ângelo de Sá na última Assembleia Municipal, em nada defendem o sistema e nada trazem de novo. O que temos é um impacto brutal no orçamento da despesa (os custos da alta são enormes, provocando desequilíbrios significativos nas finanças do nosso Município). -----

Esta opção prejudicou, prejudica e prejudicará o Município de Borba, considerando que aquando da adesão ao sistema não foram aprofundados elementos fundamentais. -----

O executivo deste Município em 2002 foi então "forçado" pelo então ministro da tutela Engenheiro José Sócrates (criação do sistema multimunicipal aprovado em conselho de Ministros a 7 de março de 2002). A chantagem apresentada pelo governo da altura, em relação a investimentos nos sistemas deixou alguns autarcas baralhados ... ou aderiam ao sistema multimunicipal ou não havia fundos comunitários (Fundo de Coesão) disponíveis para a água e saneamento. -----

- Vou elencar alguns dados que considero importantes a ter em conta: -----

1 – Estamos no Aquífero Estremoz- Cano com uma reserva estratégica de água, pelo que o abastecimento público em alta não necessitava de grandes investimentos. Temos água em quantidade e qualidade. Assim é descabido passar a alta ao nível do abastecimento público para a outra entidade, podendo ser o município a fazê-lo, poupando milhares de euros pois não tem necessidade em comprar a água em alta. -----

2 – Dada a necessidade de algum investimento ao nível da alta em termos de águas residuais com a ETAR de Borba, Nora, Orada e Rio de Moinhos, poder-se ia tolerar que o município só negociasse a entrada no sistema ao nível do tratamento das águas residuais. Como exemplo desta situação temos o concelho de Sousel. Este aderiu às Águas do Norte Alentejano mas dado que tem água em quantidade e qualidade (como o concelho de Borba) não compra água em alta, estando no Sistema apenas na componente "saneamento". -----

3 – Outro exemplo a ter em conta diz respeito ao Município de Évora – aderiu ao sistema à semelhança do Município de Borba (e não tem água em quantidade e qualidade como na nossa região) e, ao constatar que não havia sustentabilidade económica, os mesmos que assumiram a adesão ao sistema, levaram aos órgãos competentes a intenção da saída. -----

4 – O membro Ângelo de Sá deveria olhar para a empresa ADCA como uma entidade que visa o lucro – o seu objetivo é vender água, não sendo por isso um parceiro mas uma entidade que com objetivos claros. -----

5 – Os investimentos efetuados no nosso concelho ao nível da Alta tiveram grandes contributos de fundos comunitários. Estes fundos poderiam perfeitamente ser geridos pelos municípios, com ganhos de sustentabilidade económica. -----

6 – Aproveito para destacar uma curiosidade e coincidência: hoje dia 30 de junho é o último dia da empresa ADCA! A partir de amanhã passamos a pertencer à empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo. Com esta alteração verifica-se uma diminuição entre 15 e 20% das tarifas, que, no caso do



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2015)

nosso concelho deve corresponder a uma redução anual de custos que rondará os 150 000€. Além da redução na tarifa, a alteração para o novo sistema em nada favorece o concelho de Borba. -----

- Caro membro Ângelo de Sá: espero que a sua intervenção na passada assembleia não seja uma forma de pressão ou intimidação para desviar atenções ou nos tentar calar. Este ataque pessoal feito por vossa Exa., em nome da bancada do PS em nada irá alterar a minha posição pessoal e do MuB em relação a este assunto que considero estratégico. -----

- Termino citando o Presidente do Município de Estremoz, Luis Mourinha, aquando da assinatura da saída das ADCA, no passado dia 9 de junho: "Somos hoje invejados por muitos que gostariam de fazer o mesmo". -----

Borba, 30 de junho de 2015 -----

O eleito do MuB -----

----- **O membro Ângelo de Sá** desejou boa noite a todos os presentes e disse " (...) que fique aqui bem claro, que quando nós aqui fazemos intervenções, elementos do Partido Socialista, nunca fazemos ataques pessoais a ninguém. Se o senhor membro Rui Franco enfiou a carapuça, problema dele. (...) o senhor membro Rui Franco desde a primeira assembleia (...) refere este assunto. Tinha ficado marcada uma assembleia extraordinária, talvez há cerca de um ano, para tratar deste assunto, mas o membro Rui Franco continua a insistir em falar neste assunto". -----

----- Acrescentou " (...) é preciso ter-se algum cuidado com aquilo que se diz (...). (...) ninguém forçou ninguém a entrar no sistema multimunicipal (ADCA), isso dependia sempre do executivo e das assembleias municipais. (...), é preciso cuidado com aquilo que se diz, porque nem sempre corresponde à verdade". -----

----- Continuou, " (...) dizer-se que Évora não tem água de qualidade (...), onde é que isso está escrito. Dos documentos que li, não vi em lado nenhum escrito que a água de Évora era de má qualidade, é preciso cuidado com o que se diz, quando não temos provas daquilo que dizemos". -----

----- Referiu que não tinha sido intenção dos elementos do partido socialista, intimidar ninguém, aquando da apresentação das tomadas de posição e moções, na Assembleia Municipal. Salientando que cada um assumia ali, as suas responsabilidades. -----

----- Lançou mais uma vez o convite ao senhor presidente da Assembleia Municipal, para marcar a Assembleia Municipal extraordinária, para discutirem a questão da água, e onde deveriam estar presentes os elementos das Águas Lisboa e Vale do Tejo, Águas Públicas do Alentejo; Águas Públicas de Portugal (...). -----

----- Terminou a sua intervenção referindo " (...) todas as forças políticas aqui presentes, estão aqui para tratar dos assuntos de Borba, e para tornar Borba, se possível, o melhor concelho da zona dos mármore e do país, penso que não há aqui ninguém que pense o contrário disto, e quem pensar é porque nunca viveu em Borba, (...)". -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** relativamente ao assunto da água disse " (...) está



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2015)

contatado sob o ponto de vista ecológico, o senhor mais credenciado, para vir falar da água, aqui a Borba, ainda não posso é adiantar a data". Acrescentou " (...) a pessoa que virá a Borba falar da água, será no contexto ecológico e não político". -----

----- **O membro Paulo Ferreira** desejou boa noite a todos os presentes ... -----

----- **O membro Ângelo de Sá** interromperam, pediu direito de resposta e disse " (...) senhor presidente, desde o princípio que os eleitos do partido socialista, propõem que o senhor faça uma assembleia extraordinária para tratar politicamente do assunto da água. É disso que estamos a falar! (...) este assunto, é um assunto de natureza política, não é um assunto de natureza técnica". -----

----- **O membro Paulo Ferreira** continuou " (...) eu vejo-me obrigado a intervir, porque tive uma intervenção sobre as águas. Quem faltou à palavra foi o MuB, porque o MuB disse claramente, que ia fazer uma assembleia extraordinária, vocês têm que assumir aquilo que dizem. (...) vocês faltaram à vossa palavra, porque não fizeram a assembleia extraordinária e apresentaram aquela moção "um bocado às escondidas". Assumam isto de uma vez por todas, e terminem com este assunto (...)". -----

----- **O membro Rui Franco** esclareceu " o concelho de Évora não têm a água de quantidade e qualidade que nós temos. Para tratar a água que abastece o concelho de Évora é muito mais complicado, tem custos muito superiores. (...) quando referi o concelho de Évora, foi para comparar duas situações com alguma proximidade". -----

----- Continuou " (...) no que respeita á questão da água e da assembleia extraordinária, ela pode vir quando vier, não me parece que seja assim tão importante a assembleia extraordinária (...), agora neste contexto de alterações do sistema, em que há grande mudanças de sistemas, com características, com número de entidades gestoras (...), primeiro devemos amadurecer a nova realidade para depois discuti-la com mais conteúdo. O que me preocupa a mim, é que são cerca de um milhão de euros por ano, que são entregues a quem por mérito ou não, não merece. São um milhão de euros que poderiam ficar no concelho de Borba, e que serviam para coisas úteis, e que são entregues despropositadamente e desnecessariamente ". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** informou " (...) foram mantidos contactados para a realização da assembleia extraordinária, sobre o tema da Água. O responsável das Águas do Centro Alentejo mostrou indisponibilidade da sua parte para participar nessa assembleia". Continuou " (...) foi-me dito pelas Águas do Centro Alentejo que para participarem em reuniões técnicas estavam prontos, mas para participação em reuniões políticas, não estavam disponíveis". -----

----- Acrescentou, " (...) estamos todos de acordo com a não privatização da Água. A Água é um bem de todos! " -----

----- Informou que o problema de Borba não eram as águas em alta, mas sim as águas em baixa. As águas em baixa são assumidas pelas câmaras. Em cada rutura que surge, logo no dia a seguir surgem mais quinze ou vinte. -----

----- Disse " (...) a últimas propostas que pedi (...) deem-nos tudo o que são águas em alta e em



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2015)

baixa, com Évora e sem Évora. Mas até há data, ainda não obtive esses resultados". -----

----- Realçou " (...) quem paga a realidade desta situação são os borbenses". -----

----- Informou que o município de Borba tem uma previsão de pouparem cerca de quinze mil euros por mês, quase 200 mil euros por ano com o novo sistema de Águas Lisboa e Vale do Tejo. -----

----- **O membro Ângelo de Sá** "(...) senhor presidente da Assembleia Municipal, houve algum contacto da sua parte ou da parte da mesa da Assembleia, aos responsáveis das Águas do Centro Alentejo, no sentido de participarem num assembleia extraordinária?" -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** respondeu "não". -----

----- **O membro Ângelo de Sá** disse " (...) depois da resposta que ouvi do senhor presidente, tudo o que nós falamos aqui, não faz sentido absolutamente nenhum. (...) existem aqui grandes diferenças, no que é a Assembleia Municipal e o que é a Câmara Municipal, e quero dizer se o senhor presidente tem essas informações eu tenho outras. (...) pessoas que foram contactadas no sentido de participarem num colóquio, em Borba sobre esta problemática da água, ao qual responderam que não tinham que participar em colóquios (...) participariam sim, com todo o gosto numa assembleia extraordinária". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse " (...) desculpe senhor presidente, mas isso não é verdade. O Dr. Ventura disse-me a mim, que estava disposto a discutir assuntos técnicos, políticos nunca na vida. (...) telefone-lhe e pergunte-lhe e ele lhe responderá (...) estamos a falar de coisas muito sérias". -----

----- **O vereador Joaquim Serra** disse " (...) eu pedi ao senhor presidente para me deixar abordar este assunto, porque efetivamente os convites, para este colóquio foram feitos da minha parte. Os convites foram endereçados às Águas Públicas do Alentejo, às Águas do Centro Alentejo e a outro sistema. O que se pretendia era fazer um colóquio na altura do vinte cinco de abril, sobre este assunto. As outras duas entidades mostraram-se disponíveis, as Águas do Centro Alentejo não responderam, simplesmente. Mas este colóquio, não tinha a ver com a marcação da Assembleia Extraordinária". -----

----- Continuou " (...) esta questão da água representa no município de Borba, 15% a 20% do orçamento, e é por isso que isto é importante, 15 a 20% da despesa do orçamento da câmara municipal de Borba, são para pagamento às Águas do Centro Alentejo. Ou seja, um quinto da atividade desta câmara é feito para pagar às Águas do Centro Alentejo, isto tem um peso extremamente importante na vida do concelho, e na vida do município. Nós estamos num sistema, para o qual a câmara de Borba, tem que ponderar se tem condições de continuar a suportar este peso estrutural. (...) porque para além deste peso estrutural que é das águas, nós temos outros equipamentos que têm outro peso estrutural. (...) pedi a analítica das piscinas cobertas, e analítica é que temos uma despesa com as piscinas cobertas de cento e vinte mil por euros por ano, quando temos uma receita de doze mil por anos. (...) nós temos de perceber até que ponto a câmara



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2015)

consegue suportar este custo social".-----

----- Continuou " (...), porque estes custos sociais de ter-se os equipamentos a funcionar, de estar a pagar a água com um défice desta natureza, representa a inatividade da câmara, representa prejuízos para os borbenses, que poderíamos ter outras coisas e não temos. Isto foram opções, tomadas anteriormente, e que se vão repercutir no nosso futuro. Aquilo que nós temos que discutir e que temos de ponderar, (...) é como poderemos tirar melhores benefícios para o município, a partir do sistema em que estamos. Será que a questão do alargamento ao sistema Lisboa e Vale do Tejo, nos trará benefícios? (...), isto acontece porque todos os outros sistemas são deficitários. Porque o sistema das Águas do Centro Alentejo, sem o município de Évora, não tinha qualquer sustentabilidade, nem tinha nenhuma viabilidade, é preciso agrega-los, criando superestruturas para ver se conseguimos dar-lhe alguma sustentabilidade, mas mesmo assim é completamente impossível. Isto faz com que o preço ao consumidor dispare ainda mais, e se a questão da baixa for entregue á exploração destes sistemas, será muito mais complicado, se os municípios não tiverem uma palavra a dizer sobre os tarifários (...), isto representa 20% da atividade do município. -----

----- Informou que a questão do colóquio era uma atividade da câmara, que em nada tinha a ver com a assembleia extraordinária. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** realçou " (...) a minha preocupação é mais em termos ecológicos".-----

----- **O membro Augusto Guégués** disse " (...) quando se fala que o concelho de Borba, tem muita água, eu lembro aqui o ano de 1983, em que o concelho não conseguiu dar água em quantidade suficiente no verão, (...) quando se fala assim eu suspeito disso, deveríamos ponderar um pouco sobre esta situação". -----

----- No que respeita à adesão ao sistema multimunicipal, disse " o senhor presidente também votou a favor àquela adesão, o senhor presidente também é responsável por essas opções (...)".-----

----- Acrescentou " (...), existe aqui um problema central, e possivelmente a câmara não está em condições de o resolver, que é o problema em baixa, esse problema tem que se resolver". -----

----- Continuou " (...), existe a nível nacional um movimento sobre os tarifários". Sobre o valor atribuir a cada caso concreto. Existe uma situação de injustiça na cobrança dos diversos tarifários, que tem que ser corrigida em termos nacionais. -----

----- Alertou o MuB, para a retirada daquele sistema de águas, para as consequências daí resultantes. -----

----- Informou que o partido socialista, também estava preocupado com a situação da água em Borba, daí terem proposto uma assembleia municipal, para discutirem essa questão. -----

----- **O membro Carlos Clérigo** desejou boa noite a todos os presentes e disse " (...), disse que a questão da água era uma questão muito pertinente para o nosso concelho, e que representava um grande "fatia do bolo" do orçamento da câmara. (...), é uma questão que deveria ser mais falada. ----



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2015)

----- Continuou " (...) se este sistema não funciona, porque não experimentar outro sistema, que sirva melhor os interesses deste concelho". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse " (...), as Águas Públicas poderiam ser uma solução com outro tipo de contrapartidas. As Águas de Portugal poderão ser uma solução. Este assunto da água é um assunto extremamente importante". Acrescentou " (...) ninguém quer privatizar as águas em Portugal". -----

----- Continuou " (...), nós com as Águas do Centro Alentejo, conseguimos "umas obras mais ou menos boas", mas conseguimos com o termo exato em português, "entalamos-mos". Neste momento temos que conseguir "desentalarmo-nos", dar água de qualidade e termos os mínimos de custos possíveis. -----

----- **O membro João Pedro** disse " (...) quando se fala aqui em privatizar água, não privatizar, isto que aconteceu em Borba em alta, foi o quê? privatizar, não é? Eu acho que trinta anos (...), é uma vida. Se isto não é privatizar, o que é que é?". -----

----- Relativamente ao custo da água, referiu " (...) dos cerca de um milhão e cem ou duzentos mil euros, que a câmara tem de encargos com a água, ainda cresce as despesas em baixa, tudo o que é roturas e pessoal afeto á água (...)". -----

----- Quanto à possível saída das Águas do Centro Alentejo, disse (não audível) -----

----- Continuou " (...) o concelho de Borba fica ameaçado na sua própria existência, mas o que é certo, é que nós temos aqui que perceber, se isso é pior, do que estar a pagar um milhão e duzentos mil euros por ano, não tendo a câmara neste momento, aliás há um ponto na ordem de trabalhos que vem exatamente, para fazer face ao grande problema, que é a despesa que a câmara tem com as Águas do Centro Alentejo. (...), se adiamos isto (...) por mais dez anos estamos numa situação incomportável. -----

----- Referiu " (...) discordo do senhor presidente da câmara, quando diz "ninguém aqui quer privatizar água (...)", acho que há partidos , que claramente têm mostrado quererem privatizar a água. O partido socialista, enquanto foi poder em Borba, privatizou a água em alta, e o partido social democrático, nós temos visto o que é que eles têm feito a nível nacional". -----

----- **O membro Ângelo de Sá** disse " (...), não faço ideia quem privatizou a água, não foi o PS anterior, nem será o MuB agora, (...), se chamam privatização, ao facto das Águas de Portugal, que são da empresa pública, serem maioritárias no sistema, então estamos tratados (...)". -----

----- Seguidamente, colocou uma questão ao senhor presidente da câmara sobre a posição da câmara relativamente a " Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** respondeu " (...) há cerca de um mês estiverem cá uns senhores para falarem sobre o balanço do PROVERE. (...), depois de falar com o Dr. Passinhas, sobre o PROVERE, chegamos à conclusão que o PROVERE em Borba, resume-se a uma quantidade razoável de folhetos". Seguidamente mostrou os folhetos em causa, a todo o plenário. ----



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2015)

----- Continuou " (...), existem cerca de dez caixotes (com cerca de 150 folhetos, cada), que resultaram num investimento muito grande para Borba. Depois de ler tudo, lembrei-me porque não passar este assunto para o CEVALOR (Centro de Rochas Ornamentais) ". -----

----- Explicou que o município de Borba, não tinha aderido ao PROVERE, pelos custos elevados (cerca de cinquenta mil euros mais iva) na elaboração do Relatório por parte de uma consultora. -----

----- O membro **Ângelo de Sá** leu a Tomada de Posição (que se arquiva em pasta anexa como documento nº4) e seguidamente se transcreve. -----

----- "Tomada de Posição" -----

-- No dia 4 de junho foi publicado no site do Alentejo 2020 um convite às entidades que lideraram PROVERE no Alentejo, correspondente ao Aviso nº 01/Alentejo/2015, para elaborarem o relatório de avaliação relativo às estratégias de eficiência coletiva que lideraram no Alentejo e foram aprovadas no âmbito no QREN 2007-2013. O Município de Borba liderou o consórcio do PROVERE da "Zona dos Mármore". -----

- Verificamos através da análise do convite formulado às entidades líderes, que vissem o seu mérito reconhecido o que, potenciará de acordo com os termos a definir pela autoridade de gestão, à apresentação de um novo programa de ação em regime fechado, isto é, só as entidades que foram líderes poderiam concorrer. -----

- Os eleitos do PS constatarem que o Município de Borba não respondeu favoravelmente ao desafio lançado pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional da Região Alentejo 2020. -----

- Esta postura do executivo da maioria CDU/MUB é inadmissível e é reveladora de que o Município de Borba não possui a ambição necessária para vir a liderar uma futura Estratégica de Eficiência Coletiva- PROVERE da "Zona dos Mármore". -----

- Os eleitos do PS chamam à atenção para o facto do Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020 incluir, na respetiva programação, a "Prioridade de investimento 8.9 – Concessão de Apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade". -----

-- As tipologias que estão previstas nesta Prioridade de Investimento, traduzem se em: -----

-- Apoio à elaboração e acompanhamento das estratégias de valorização económica; -----

- Estratégias de marketing e de animação territorial; -----

-- Criação de redes locais de promoção do conhecimento e inovação, assentes numa lógica de "recriação" de produtos endógenos, conceção de novos produtos, design e marketing inovador para produtos locais; -----

- Qualificação e modernização de oferta de produtos endógenos; -----

- Dinamização de iniciativas sustentáveis centradas no território (ex.: valorização comercial de um



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2015)

produto local não ligado à agricultura).” -----

- Os eleitos do PS apresentam o mais veemente protesto pela falta de ambição que o executivo CDU/MuB tem em liderar o futuro PROVERE da Zona dos Mármore, revelando mais uma vez a ausência de estratégia para o desenvolvimento do concelho e da região, contribuindo para a sua estagnação ou até mesmo retrocesso. -----

- Pretendemos que esta tomada de posição seja enviada para: -----

- Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo -----

- Autoridade de Gestão do Programa Operacional regional do Alentejo – Alentejo 2020 -----

- Municípios de Alandroal, Estremoz, Vila Viçosa e Sousel -----

- Assembleias Municipais de Alandroal, Estremoz, Vila Viçosa e Sousel -----

- Associações e Coletividades do Concelho de Borba. -----

- Órgãos de Comunicação Social -----

- Os eleitos do PS” -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** leu uma informação contida nos folhetos que fizeram parte do PROVERE. -----

- Linhas Estratégicas do PROVERE: -----

- Promover a reorganização do tecido empresarial; -----

- Apostar na componente ambiental, privilegiando-se a ecogestão e ecoeficiência; -----

- Desenvolver atividades complementares que potenciem riqueza e identidade ao recurso e à Zona dos Mármore; -----

- Desenvolver a formação e qualificação dos recursos humanos; -----

- Implementar estratégias agressivas de marketing e comercialização; -----

- **O Plano de Ação PROVERE da Zona dos Mármore é composto por:** -----

- *Projetos Âncoras e Projetos Complementares* -----

Abaixo enumeram-se os Projetos Âncora: -----

- Valorização e Gestão dos Resíduos: Criação de Subprodutos – **EDC Mármore** -----

- Promoção e Investigação sobre novos produtos do setor extrativo da Zona dos Mármore – **EDC Mármore** -----

- Feira Internacional “ As Artes da Pedra” – **Associação de Desenvolvimento Montes Claros** -----

- INFOCOMPETE – Sistema integrado de Informação para PME – **ESTER** -----

- Corpo Técnico e Funcionamento do Programa de Ação – **Município de Borba** -----

- Rota do Património Industrial - Os Mármore – **Entidade Regional de Turismo do Alentejo** -----

----- Disse “ (...), há uma coisa que nós temos de reconhecer, asneiras somadas demais, são coisas que não vale a pena (...). Como é que senhor presidente da câmara de então, falou com as empresas? Porque é que não deu esses folhetos e prestou informação? O que é que o senhor fez? O senhor deveria era estar calado”. -----



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2015)

----- O membro **Ângelo de Sá** (...) lamentando o facto do senhor presidente ter abandonado a sala, isto é um desrespeito total pela Assembleia Municipal, quero dizer que, aquilo que o senhor presidente acabou de ler, teve que ver com o anterior PROVERE. O anterior PROVERE pode ter tido defeitos e virtudes (...), se a avaliação custava cinquenta mil euros, isso é um problema da câmara atual. Os serviços até o poderiam fazer a custo zero, mas isso é um problema de gestão da atual câmara. Isto é uma oportunidade perdida, para as empresas da região e para a região". -----

----- O membro **Augusto Guégués** apresentou e leu uma Tomada de Posição (que se arquiva em pasta em anexa como documento nº5) e seguidamente se transcreve: -----

- "**Tomada de Posição** -----

-- O Mercado Municipal de Borba é um equipamento que tem que ser dinamizado e aproveitado dado que possui vários espaços por alugar e tem todas as condições e ótimas hipóteses de aproveitamento. -----

- Foi sempre intenção do executivo PS tentar baixar o preço das lojas do mercado antigo, esbarrando sempre com inúmeros entraves administrativos e jurídicos. Já que o preço das lojas foi estabelecido por indicação dos serviços administrativos tendo por base o investimento realizado, foi com alguma perplexidade que verificámos agora ser possível fazer o estudo de rendas em baixa, das rendas do Mercado Municipal. -----

- Os eleitos do PS afirmam que: -----

- Há mais de 3 anos que os concessionários manifestavam interesse na redução da renda das lojas do Mercado Municipal. -----

- As lojas concessionadas foram atribuídas por hasta pública -----

- Consideramos que caso seja legal (duvidando de tal neste momento) as rendas das lojas devem baixar ainda mais do que o previsto da proposta da Câmara Municipal (22%) para 40% ou até mais, tendo em vista a dinamização o Mercado Municipal. -----

- Em política, mesmo populista, como a que está a ser desenvolvida pela coligação CDU/MuB e principalmente pelo Senhor Presidente, não deve nem pode valer tudo. Os eleitos do PS, quer atualmente, quer anteriormente sempre se preocuparam com a dinamização do Mercado Municipal e manifestaram toda a disponibilidade para baixar a renda das lojas do mercado. -----

- No entanto havia sempre entraves à descida do preço, quer em termos administrativos quer em termos jurídicos, porque: -----

a) Segundo a divisão administrativa e financeira não era possível baixar as receitas. -----

Então neste momento é possível baixar as receitas quando o executivo atual afirma que nada faz porque não tem dinheiro? -----

b) Segundo a divisão administrativa e financeira baixar rendas implicava anular os contratos e realizar novas hastas públicas e novos contratos. -----

Então neste momento já é possível baixar as rendas sem anular contratos existentes e sem haver



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2015)

novas hastas públicas? -----

c) Segundo a divisão administrativa e financeira a descida das rendas implicava alterar o Regulamento do Mercado Municipal. -----

Então agora sem alterar o Regulamento do Mercado, que foi aprovado em Assembleia Municipal, é possível baixar preços de lojas e alterar contratos dos concessionários? -----

Provavelmente tudo isto, é possível devido aos milagres da atual, jurista da câmara de Borba ou que alterou a legislação à sua maneira certamente. -----

Salvo melhor opinião, o parecer jurídico apresentado e anexo ao estudo em baixa pelo chefe de divisão pouco ou nada diz e nada esclarece aos dois aspetos mais importantes que há três anos atrás pesavam para não poder baixar as rendas. São eles a anulação ou alteração dos contratos existentes; tal alteração ou anulação viola claramente o "princípio da igualdade". Além disso é incompreensível como o Executivo Municipal desrespeita completamente a Assembleia Municipal ao fazer o que quer, porque tem maioria na mesma. Seria interessante que alguém explicasse esta atitude de maioria CDU/MuB nomeadamente em relação às alterações ao regulamento. -----

Pretendemos que esta tomada de posição seja enviada para: -----

Direção Geral das Autarquias Locais -----

Inspeção Geral das Finanças -----

Os eleitos do PS -----

----- O membro **Francisco Mendes** desejou boa noite a todos os presentes e leu uma tomada de posição (que se arquiva em pasta anexa como **documento nº6**) e seguidamente se transcreve : -----

- "**Tomada de Posição**" -----

- A Escola Básica EB 2,3 Padre Bento Pereira e Centro Escolar de Borba são equipamentos muito importantes para o concelho. Os eleitos do PS consideram que o investimento na educação é fundamental porque as nossas crianças e jovens devem ter uma educação de excelência para que possam vingar nesta sociedade extremamente competitiva em que vivemos. -----

- Os eleitos do PS têm conhecimento através de dados recebidos da Câmara de Borba que a receção provisória total da empreitada ocorreu no dia 18/12/13 e a ligação da energia elétrica definitiva terá ocorrido em 24/03/14. -----

- Não entendemos o atraso verificado principalmente em relação à ligação definitiva da energia elétrica. -----

- É sabido pelos eleitos do PS que os edifícios em causa possuem equipamentos e tecnologia topo de gama que exigem manutenção por técnicos e entidades acreditadas na sequência dos testes e ensaios que esperamos tenham ocorrido após a ligação definitiva de energia elétrica em 24/03/14. -----

- Desconhecemos as datas em que os equipamentos foram testados, no entanto, queremos desde já manifestar a nossa preocupação nomeadamente em relação a: -----

- Central de intrusão; -----



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2015)

- Sistema automático de detenção de incêndios; -----
- Central de incêndios; -----
- Central supressora de incêndios; -----
- Teto ventilado da cozinha; -----
- Caldeira e sistema solar de apoio à cozinha; -----
- Sistema Avac (ar ventilado e ar condicionado); -----
- Gtc (gestão Técnica centralizada); -----
- Os eleitos do PS chamam à atenção para o facto destes equipamentos, bem como outros existentes (computadores, quadros interativos etc.), necessitarem de acompanhamento e manutenção permanentes e que exigem mão-de-obra e/ou técnicos e empresas especializadas, sob pena de em pouco tempo, estes se encontrarem delapidados e serem perdidos muitos milhares de euros, com a agravante da população escolar poder ficar em risco. -----
- Os eleitos do PS perguntam: -----
- Se existe resumo dos ensaios finais dos equipamentos atrás referidos (certamente que sim)? -----
- Se foi feita certificação energética do edifício, dado que não se encontra registo da ADENE? -----
- Se existem contratos de manutenção dos equipamentos e sistemas referidos? -----
- Se existe contrato de manutenção e o respetivo técnico de instalação e manutenção do sistema Avac? -----
- Se existe inventário de todo o equipamento existente (visita feita pelos eleitos do PS constataram ausência de etiquetas de inventário)? -----
- Se os eleitos da maioria CDU/MuB estão conscientes das responsabilidades que recaem sobre si e sobre a Câmara Municipal se não tiverem respostas positivas sobre as perguntas atrás referidas? -----
- Os eleitos do PS manifestam grande preocupação pela forma como a Câmara está a tratar/manter o edifício de que é proprietária, facto que constatámos por visita efetuada e que pretendemos continua a acompanhar (ex: portas, fechadas com cadeados por estarem vandalizadas). -----
- Os eleitos do PS responsabilizam a atual maioria CDU/MuB, sobre todos os problemas que eventualmente ocorram, quer em relação a contra ordenações que eventualmente venham a ser aplicadas por organismos fiscalizadores, quer em relação a avarias por falta de manutenção de equipamentos e que podem pôr em causa os mesmos, uma vez que o pedido de garantia de alguns deve estar a terminar ou até mesmo já terminado. -----
- Pretendemos que esta tomada de posição seja enviada para: -----
- Ministro da Educação e Ciência -----
- Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares – Direção dos Serviços da Região do Alentejo -----
- Autoridade Nacional da Proteção Civil -----
- ADENE – Agência para a Energia -----
- Os eleitos do PS" -----



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2015)

----- O presidente da Assembleia Municipal informou que o tempo destinado àquele período, tinha terminado, no entanto, ia ceder a palavra aos dois membros inscritos. -----

----- O membro **Augusto Guégués** apresentou e leu uma tomada de posição (que se arquiva em pasta anexa como documento nº7) e seguidamente se transcreve. -----

-- "**Tomada de Posição**" -----

-- Os eleitos do PS vêm alertando há bastante tempo para o facto da Escola EB2,3 Padre Bento Pereira e Centro Escolar de Borba estarem a funcionar e possuírem várias lacunas de acordo com a legislação em vigor e que pode acarretar vários problemas não só para a população escolar, mas também como para o Município de Borba. -----

- Se o Município não tivesse técnicos habilitados para superar tais lacunas, ainda poderia ter alguma justificação, o que não é o caso. Já não é a primeira vez que os eleitos do PS referem que a Câmara de Borba possui contratos de prestação de serviços com dois técnicos habilitados para o efeito. -----

- Após várias vezes os eleitos do PS terem alertado para a necessidade de se elaborarem "medidas de auto proteção" para os edifícios acima referidos e se elas não existem, também certamente não existe responsável pela segurança, nem qualquer contrato com entidades acreditadas para execução de testes trimestrais e anuais previstos na legislação em vigor relativa ao sistema contra incêndios de edifícios. -----

- Perante isto, os eleitos do PS vêm mais uma vez alertar a maioria CDU/MuB para o grave risco que está a correr, não possuindo devidamente legalizados os edifícios correspondentes ao Centro Escolar de Borba e Escola EB 2,3 Padre Bento Pereira e as implicações que isso pode trazer em relação à aplicação de contraordenações, bem como às responsabilidades que correm se infelizmente vier a ocorrer algum incêndio. -----

- Pretendemos que esta tomada de posição seja enviada para: -----

- Ministro da Educação dos Estabelecimentos Escolares - Direção de Serviços da Região Alentejo -----

- Autoridade Nacional de Proteção Civil -----

- Os eleitos do PS" -----

----- O membro **Joaquim Trincheiras** desejou boa noite a todos os presentes e disse que tinha um voto de louvor e uma tomada de posição para apresentar. -----

----- Seguidamente apresentou e leu o voto de louvor (que se arquiva em pasta anexa como documento nº 8) e se transcreve. -----

- "**Voto de Louvor**" -----

--- Associações e Agentes Desportivos do Concelho -----

--- Os membros da Assembleia Municipal de Borba eleitos pelo Partido Socialista, ao abrigo da Seção III, art.º 16.º, ponto 1 alínea "C" do Regimento da Assembleia Municipal de Borba, com o objetivo de enaltecer as prestações das diferentes associações e agentes desportivos do concelho que, ao longo da época 2014/2015, alcançaram classificações relevantes nas diferentes atividades em que



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2015)

estiveram envolvidos, apresentam o seguinte Voto de Louvor: -----

- Ao **árbitro Luís Miguel Branco Godinho**, natural de Borba e árbitro de futebol pertencente ao núcleo de Árbitros de Futebol da Zona dos Mármoreos " Prof. Jorge Pombo", que foi promovido ao quadro de árbitros de futebol da primeira categoria nacional. -----

- No Futsal feminino, à equipa júnior do **Grupo Desportivo e Cultural de Rio de Moinhos** que conquistou o Título e a Taça Distrital, tendo ainda no decorrer desta época representado o distrito na Taça Nacional da categoria. -----

- No Futsal masculino, à equipa sénior da **Barbus Futsal** que conquistou a Taça Distrital e a Supertaça na presente época. -----

- No Futebol, à equipa de iniciados do **Sport Clube Borbense**, que, 10 anos depois, voltou a conquistar o título distrital e o consequente direito a participar no Campeonato Nacional da categoria na próxima época. -----

- Destacamos ainda as boas prestações do **Clube de Rugby de Borba** e da **Barbus Atletismo** nas diferentes provas em que estiveram envolvidas, movimentando inúmeros atletas borbenses. -----

- Referência ainda para a instituição Sport Clube Borbense pela passagem do 70.º aniversário, numa época em que os apoios não são os pretendidos/desejados, mas em que o esforço e dedicação dos responsáveis têm garantido que cerca de centena e meia de borbenses possam praticar desporto, nomeadamente futebol. -----

- Fruto do trabalho, dedicação e esforço de todos, o nome de Borba e do concelho foi motivo de elogios e referências públicas, reforçando a ideia de que Borba é um concelho de desporto e, cuja criação e/ou enriquecimento dos espaços desportivos, apesar de questionada e até criticada, foi uma aposta correta tomada em boa hora. -----

- Borba, 30 de junho de 2015 -----

- Os membros do Partido Socialista na Assembleia Municipal"-----

----- Seguidamente apresentou e leu uma tomada de posição (que se arquiva em pasta anexa como **documento n.º9**) e se transcreve -----

- "**Tomada de Posição**" -----

-- Os eleitos do PS estão estupefactos com o facto do Senhor Presidente da Câmara ter adquirido viaturas usadas a particulares sem possuir qualquer avaliação das mesmas e algumas delas terem sido adquiridas sem que os seus proprietários tenham passado fatura ou venda a dinheiro das mesmas. -----

- Não acreditamos como é possível que a divisão administrativa e financeira tenha base legal para aceitar este tipo de aquisição de viaturas pela forma como foram transacionadas. -----

- Só a política populista aliada à irresponsabilidade podem justificar este tipo de atitude do Senhor presidente da Câmara, que provavelmente terá sido suportada nalgum parecer jurídico, com fundamentação nalguma lei que desconhecemos e aos quais vamos estando habituados. -----



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2015)

- Viatura MITSUBISHI matrícula 84-BL-31 -----

Valor de aquisição - 4.950,00€; -----

Despesa do município após a compra -----

Serviço bate chapas e pintura - 430,50€; -----

Total - 5.380,50€; -----

Ano da matrícula 2006 (9 anos de serviço); -----

- Viatura IVECO Modelo 35C11TPLDE3 Matrícula 85-05-TQ -----

Valor de aquisição - 4.000,00€; -----

Despesas do Município após a compra -----

Pneu - 214,02€; -----

Alinhamento de direção 49,20€; -----

Espelho Retrovisor e Grelha Capot 137,10€; -----

Serviço de Mecânica 2.084,68€; -----

Serviço de Bate Chapas 984,00€; -----

Serviço de Eletricista 419,32€; -----

Total - 7.888,32€ -----

Ano da matrícula 2002 (13 anos de serviço) -----

- Autocarro marca SCANIA matrícula 25-AD-68 -----

Processo de aquisição por ajuste direto por 25.000€+IVA; -----

Numero de quilómetros cerca de 1.240.000 KM -----

Com 10 anos de idade, podendo transportar alunos até aos 16 anos de idade; -----

Adquirido à empresa TARSIBUS - Transporte de Passageiros Nacional e Internacional Lda; -----

Não foi fornecido qualquer comprovativo aos eleitos do PS, nem sobre o valor estimado, nem sobre qualquer pesquisa efetuada. Aliás este autocarro até esteve ao serviço do Município antes da sua aquisição; -----

- Aquisição de Trator usado matrícula 53-03-OU -----

Processo de aquisição por ajuste direto por 9.500€; -----

Não foi fornecida informação sobre o número de horas de funcionamento (intencionalmente?) -----

Adquirido à empresa Vicente A. Santos e Filhos Lda; -----

Não foi fornecido aos eleitos do PS qualquer comprovativo sobre o valor estimado, nem sobre qualquer pesquisa de mercado efetuada; -----

A data da matrícula é do ano de 2000 (15 anos de serviço); -----

Os eleitos do PS não podem pactuar com este tipo de gestão ao assistirem à ampliação dum parque de sucata nos Estaleiros Municipais, quando os eleitos da coligação CDU/MuB por algumas vezes falam da existência de um parque de viaturas obsoleto; -----

Os eleitos do PS têm muitas dúvidas em termos legais no que se refere à aquisição destes



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2015)

equipamentos. -----

Pretendemos que esta tomada de posição seja enviada para; -----

- Direção Geral das Autarquias Locais -----

- Inspeção Geral de Finanças -----

- Os eleitos do PS" -----

----- Seguidamente disse que agradecia que o Voto de Louvor, apresentado, fosse comunicado aos intervenientes nele mencionado. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse " (...) é interessante essa questão da CDU/MuB (...) isso só revela a ignorância completa daquelas pessoas que se intitulam do partido socialista e não são, e depois fazem essas confusões. O MuB ganhou claramente as eleições em Borba, tranquilamente (...)". -----

----- No que respeita ao Mercado Municipal disse " (...) depois de um parecer de quem sabe (...) e de estudo extremamente difícil, entendemos baixar 22,5% das rendas do mercado. Depois de ter recebido da DGAL uma informação que dizia " (...),nas restantes receitas, nomeadamente as relativas a taxas e preços, já poderá o município ter uma gestão mais flexível das mesmas, desde que com isso não ponha em causa a trajetória de ajustamento do Plano de Ajustamento Financeiro apresentado". -----

----- Continuou "(...) depois de este assunto ter sido discutido em reunião de câmara e aprovado com quatro votos a favor (voto meu, do vereador Joaquim Espanhol, vereador Joaquim Serra e do vereador Benjamim Espiguinha) e um voto contra (vereador Hugo Mendanha), que apresentou declaração de voto. Curiosamente passado quinze dias, houve uma nova reunião de câmara, e foi apresentada uma nova declaração de voto, onde referia que baixavam 40% nas rendas do mercado (...). Referente ao mesmo assunto, mas diferente da que tinha sido apresentada na reunião de câmara anterior. -----

----- Relativamente à Escola EB 2.3 e Centro Escolar de Borba, disse " (...) sistema de AVAC's, estamos neste momento a tratar da situação. Sistemas de computadores, temos um técnico já preparado. Sistema de medidas de autoproteção, temos pessoas a trabalhar na situação". -----

----- No que respeita às viaturas, informou " (...) que a declaração comprovativa de venda das viaturas, servia como fatura". Continuou "(...) comprei uma viatura por vinte e cinco mil euros, um autocarro que dá para dois anos (...),doze mil e quinhentos euros por ano. Uma viatura alugada à rodoviária custava duzentos euros por dia (...)". Adiantou " (...) quanto aos automóveis, Audi JM, custou ao município cinquenta mil euros, mil euros por mês, mais quinhentos euros em gasóleo por mês, usado por uma única pessoa (...), as pessoas têm de saber estas coisas. A compra desta viatura com as contas todas feitas (mensalidade, seguros, gasóleo, portagens ...), talvez, tenha um valor superior a dois autocarros a funcionar. (...), como é que vocês estiveram doze anos na câmara (...)". -----



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2015)

----- **O presidente da Assembleia Municipal** informou que já tinha passado meia hora, do tempo limite, destinado aquele ponto da ordem de trabalhos. -----

----- **O membro Ângelo de Sá** disse que tinha direito de resposta. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** informou o membro Ângelo de Sá, que só poderia interpelar a mesa em duas situações. Disse " (...), eu informei no princípio, que o período tinha a duração de sessenta minutos". -----

----- **O membro Ângelo de Sá** continuou " senhor presidente, peço-lhe desculpa, mas a intervenção do senhor presidente da câmara suscita (...)" . -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** interrompeu " (...) o senhor quer respeitar a minha autoridade, só naquilo que lhe diz respeito. (...) o senhor diz-me que eu tenho de fazer respeitar a minha autoridade, quando eu pretendo respeitar a minha autoridade o senhor, boicota. As pessoas só quando não têm condições é que precisam de ser conduzidas". -----

----- **O membro Ângelo de Sá** continuou " (...), eu tenho direito de resposta, se o senhor ler o regimento, constata que eu tenho direito de resposta". -----

----- Disse " (...) a questão que foi levantada em relação ao mercado municipal, redução de receitas, PAEL, carta que veio da DGAL, é um assunto que tem que ver com a gestão da câmara (...). Já foi dito na última assembleia municipal, que Mourão baixou o IMI. A questão da gestão das restantes receitas, é óbvio, que este assunto do Mercado Municipal, não se refere ao período em que o município de Borba estava, sobre a ação do PAEL, é anterior a isso". -----

----- Relativamente às viaturas disse, " (...) quero que fique em ata, que o senhor presidente disse que uma declaração feita por uma pessoa que vende é exatamente igual, a uma fatura ou a uma venda a dinheiro". Continuou " (...) relativamente à questão da compra da viatura, o senhor presidente, até disse quando chegou à câmara, que o ia vender para fazer o parque infantil no Barro Branco, afinal não o vendeu, e até o comprou, e a seguir gripou e mandou arranjar". -----

----- **O vereador Hugo Mendanha** desejou boa noite a todos os presentes e disse " o assunto do mercado, foi um assunto muito debatido na reunião de câmara, e eu debati-me muito por saber a legalidade deste procedimento. E porquê? Tal como a bancada do partido socialista, disse agora, há três anos atrás o Rogério Neves, do Caffé, Caffé, também veio falar comigo, por causa da redução das rendas do mercado. Foi-me dito sempre pelos serviços da câmara que não podíamos baixar as rendas do mercado (...) tinha que haver uma alteração do Regulamento, depois teria que haver uma nova hasta pública (...) tinha que ser este o procedimento. Agora nada disto foi alterado, eu debati-me sempre para saber a legalidade deste procedimento. Depois, o estudo que é feito, em baixarem 22,5% das rendas (...), caso todas as lojas, venham a ser alugadas (...), a câmara terá mais receitas. Fui aí que eu disse, sendo assim, independentemente disto ser legal ou não, que eu tenho dúvidas, porque é que não baixam 40%? É claro que na declaração de voto que eu apresentei, não estavam lá os 40%, depois tentei corrigi, não aceitaram, estão no vosso direito". -----



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2015)

----- Disse que tinha votado contra a redução das rendas do mercado porque " (...) sugeriram-me muitas dúvidas, quanto há legalidade deste procedimento. O que me foi comunicado não me satisfaz (...). Se isto se vier a verificar que é ilegal, depois há responsabilidades, e eu a nível profissional até hoje, não fiz nada ilegal, (...) por isso tive que tomar uma posição de voto contra (...)". -----

----- O vereador **Benjamim Espiguinha** desejou boa noite a todos os presentes e disse " (...) em relação a este assunto, não me vou alongar, mas fique bem claro que o partido socialista não apresentou nenhuma proposta para reduzir as rendas a 40%. O vereador Hugo Mendanha na intervenção mencionou que o Partido Socialista tinha um estudo que eventualmente, até poderia ir à redução de 40%, mas proposta formal de redução não foi feita". -----

----- Continuou " (...), o que nos foi dito, é que o PS tinha um estudo, em que as rendas até poderiam reduzir até 40% (...). A declaração de voto feita pelo vereador Hugo, na primeira reunião, foi feita logo de imediato, ele trazia-a preparada. Depois em quinze dias tentaram, "dourar" aquilo para ver se apareciam lá os 40% (...). Objetivamente, não houve nenhuma proposta final e concreta do partido socialista". -----

----- Informou que tinha pedido por intermédio do vereador Nelson Sousa, ao partido Socialista, o estudo que tinha sido referido existir. " (...) é importante que esse estudo seja conhecido, tanto por nós como por as pessoas do mercado (...), se esse estudo, demonstra que poderá haver uma redução de 40%, vamos todos analisar e ver o que se passa". Adiantou " (...) contínuo à espera que o estudo me seja entregue". -----

----- Seguidamente disse " (...) uma outra situação que me causa alguma perplexidade é o constante empurrar as culpas para outros, e isso a mim choca-me. Porque alguém tem que ser responsável nesta câmara, (...) com o respeito, não pode ser o Dr. António Passinhas, como para outras situações não pode ser o ex: vereador Humberto, esta câmara tinha um presidente, e para todos os efeitos era ele o responsável. O partido socialista e o ex-presidente da câmara, de uma vez por todas, assumam a responsabilidade daquilo que fizeram, bem ou mal (...), não é responsabilidade dos técnicos (...), deixem de empurrar para os técnicos, responsabilidades que são vossas. Estiveram doze anos na câmara e agora de repente acharam um estudo para reduzir as taxas do mercado em 40%, mas alguém acredita nisto? Vocês acreditam nisto? (...). Não queiram atirar areia para os olhos das pessoas (...), as pessoas são inteligentes, as pessoas percebem tudo! (...) esta tentativa de nova declaração de voto, diz tudo perfeitamente"! -----

----- O membro **Augusto Guégués** disse " (...) em relação às rendas, o problema não está, ainda em baixar as rendas. O problema que se está aqui a colocar e que o partido socialista quer apresentar, sublinhar (...), são os procedimentos. É possível revogar estes contratos e fazer contratos novos, assim do pé para a mão? É possível sem fazer alteração do Regulamento, estar efetivamente a fazer outros contratos? Fazendo outros contratos não obriga a novas hastas públicas? É essa a nossa questão". -----



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2015)

----- Relativamente à questão da aquisição dos veículos disse " (...) porque é que a maioria deles, aparece ali junto do montante dos cinco mil euros, e depois com as despesas ultrapassa aquilo que a lei permite, que são os cinco mil euros. Isto é que está em questão, compra-se por um preço, depois fazem-se as reparações, e ultrapasse o limite estabelecido por lei". -----

O vereador Joaquim Serra relativamente às tomadas de posição apresentadas disse " (...) o PROVERE era importante, antes desta tomada de posição, que tivesse sido apresentado um balanço, ou pelo menos, uma execução física daquilo que foi o PROVERE da zona dos mármore. Porque a ver por os projetos Ancora, - *1º Valorização e Gestão dos Resíduos: Criação de Subprodutos - EDC Mármore*s, toda a gente sabe o que aconteceu há EDC Mármore, (...); *Promoção e Investigação sobre novos produtos do setor extrativo da Zona dos Mármore*s - penso que não foi feito nada. *Feira Internacional "As Artes da Pedra"* - não sei se realizou, mas seu não a vi. O *Corpo Técnico* - penso que foi a única ação que se realizou no âmbito do PROVERE. Foi a câmara ter tido aqui um técnico, para coordenar todas estas ações do PROVERE, mas também não teve muito para coordenar, porque ele não se realizou praticamente nada". -----

----- Continuou " (...) quando nós temos uma execução misera neste PROVERE interior, vimos agora propor um novo PROVERE, e propor que se gastem cinquenta mil euros em balanços de uma coisa que praticamente não existiu". -----

----- A questão do Mercado Municipal disse " (...) o Mercado Municipal, foi mais um investimento ruinoso dos anteriores mandatos (...). A ampliação que foi feita pelo partido socialista (...). É mais sorvedouro de meios públicos da câmara, porque independentemente dos valores que se queiram aplicar das rendas, não é o problema das rendas que resolve o problema da dinamização do mercado. É preciso um bom projeto de dinamização do mercado que não passa, só, pelas rendas (...). Temos de saber o porquê, das pessoas não procurarem os estabelecimentos existentes no mercado". -----

----- Continuou " (...) se é legal ou não baixar as rendas. Esta decisão foi tomada com base num parecer jurídico, e o parecer jurídico está disponível. A questão da hasta pública é uma forma de transparência que os poderes públicos determinam para adjudicar não é obrigatório. Não é necessário., existem outras formas". Adiantou " (...) a questão das rendas, rege-se já pelas leis do privado, não pelas leis da contratação pública". -----

----- Relativamente á questão da escola frisou " (...) algumas das questões referidas não deveriam estar já tratadas, na parte da execução da obra? Algumas delas não deveriam estar já resolvidas antes da inauguração da obra? Ou a inauguração da obra não antecipou estas coisas todas? (...) parece-me que estamos a ver o filme todo ao contrário. Quando este executivo tomou posse a obra estava inaugurada, (...), logo deveria estar pronta a funcionar com todas as condições. (...) parece-me que nem estavam calculados os métodos de funcionamento da escola. O que são repartições de custos para a escola, e o que são repartições de custos para o município., porque (...) isso não



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2015)

interessou". -----

----- No que respeita á questão das viaturas, disse " (...) aquisição das viaturas usadas e em segunda mão, revela bem a estratégica falhada do partido socialista nos doze últimos anos. Deixou uma câmara endividada, sem recursos financeiros, sem capacidade de crédito e sem parque de máquinas e viaturas. Destruiu aquilo que era a administração direta do município e destruiu a capacidade de recurso a empreitadas, isto é que são questões políticas, importantes de perceber, esta é que é a realidade". -----

----- **O chefe divisão António Passinhas** desejou boa noite a todos os presentes e pediu para esquecerem a parte política. -----

----- Continuou " (...) gostava muito que na tomada de posição do PS, tivesse ficado claro só uma questão, quando dizem que " segundo a divisão administrativa e financeira não era possível baixar as receitas", estou a falar em relação ao Mercado Municipal. Eu vou pedir tempo, para procurar documentos, aqui dentro da câmara, para tentar perceber, para quem é que o anterior presidente da câmara, despachou estes documentos, e de onde é que vieram as informações a dizer que não era possível baixar as rendas. E vou procurar pelo meu interesse, porque estão a falar numa divisão que eu chefiar. Quero saber, se é da altura que eu chefiava? Se eu tive conhecimento quando entrei? Se veio há de mim? Se eu tive conhecimento da resposta? Espero que não haja aqui um engano, porque Gabinete de Apoio Jurídico, se for o caso (que é o que eu estou a imaginar), não faz parte da divisão administrativa e financeira. Porque eu como chefe da divisão administrativa e financeira, não tenho conhecimento disto. Não tomei partido de forma diferente. -----

----- Seguidamente disse " (...) gostava muito que na intervenção, do senhor vereador Hugo, ficasse claro, que quando ele diz " (...) que perguntou aos serviços, e os serviços lhe disseram que não era possível baixar (...)", quem são os serviços? , (...) quando aqui venho não estou a representar nenhum partido político, tenho pena em estar a repetir isto, mas já uma vez me faltaram ao respeito numa assembleia, por parte do público. Estou achar estranho, porque me estou a sentir ofendido, por parte de bancadas e por pessoas que eu tenho um enorme respeito. Tentar esclarecer, eu não sei se é legal ou ilegal, por não saber, fiz o que faço sempre desde que aqui estou, perguntei a quem entende da área jurídica., e quem entende (...) escreveu a dizer que sim, pode ser feito (...), nomeadamente pelo facto, de o regulamento que estava em vigor no Mercado Municipal, já não poder estar em vigor, porque a lei foi revogada, isto foi apresentado na minha informação que foi à câmara municipal, (...) os outros motivos estão lá elencado. A mim, não me cabe, dizer se é legal ou ilegal, não sou jurista nem legalista, sou da área financeira. A minha proposta foi financeira, com um estudo bom, mau ou medíocre, foi o estudo que foi possível fazer. -----

----- Salientou " o assunto do mercado para mim está arrumado. Se forem possível esclarecer isto, e se o senhor presidente da Assembleia Municipal deixasse, eu agradecia imenso, se não for possível, eu vou procurar os documentos todos, para que pelo menos fique eu esclarecido. -----

il



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2015)

----- Continuou " (...) segundo assunto viaturas. O que foi posto em causa em relação à divisão que eu chefió. Nós antes de comprarmos qualquer viatura questionamos, a quem certifica as contas do município, e perguntamos "(...) se o município quiser adquirir uma viatura a um particular é possível sim ou não? ", sim, como? No ajuste direto! " como é que uma pessoa passa um documento contabilístico quando ele não existe?" Não passa! Passa uma declaração a dizer que vende (...). A questão do IVA não é posta em causa, porque o IVA já foi faturado, é uma aquisição em segunda mão (...). Este assunto foi tratado na financeira, como estou a explicar". -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse " (...) espero que estas palavras do Dr. Passinhas tenham sido clarificadoras". Acrescentou que " não sou alheio aos problemas económicos (...), mas preocupo-me muito mais (...) com a ecologia (...)". -----

PONTO TRÊS PONTO UM: Apreciação das atividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira. -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** pediu que se cingissem aos factos. -----

----- Relativamente ao mail recebido da AMALENTEJO, informo que iam ser distribuídas as fichas em nome individual a todos os membros da Assembleia Municipal, de forma a puderem proceder à sua inscrição, se assim o entendessem, e posteriori devolução à AMALENTEJO. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** de todas as atividades desenvolvidas pelo município, realçou as Comemorações dos 350 anos da Batalha de Montes Claros. Salientou a lembrança e comemoração do dia, e sobretudo o simbolismo histórico que teve. -----

----- Fez referência à Parceria que existe há cerca de um ano com a Adega Cooperativa de Borba e a Cooperativa de Olivicultores de Borba. A Adega Cooperativa de Borba tem a marca de vinho Montes Claros. -----

----- Informou, que tinham sido feitas 350 garrafas de vinho com o rótulo alusivo há Batalha de Montes Claros. A câmara de Borba comprou 60 garrafas, tendo as restantes sido vendidas ao pessoal do exercito, cultura, turismo (...). Foram também compradas 60 garrafas de azeite schomberg há Cooperativa de Olivicultores de Borba. Adiantou " (...). Referiu que iria dar uma garrafa de vinho a cada membro da assembleia municipal e que as mesmas eram numeradas, e era uma forma de todos ficarem com uma recordação daquela data, importante para Borba. -----

----- Realçou algumas reuniões na CIMAC, com a EDC Mármoreos, no que respeita ao problema que se está a passar no Cevalor – Borba, situações que implicam desemprego. -----

----- **O vereador Joaquim Espanhol** desejou boa noite a todos os presentes e disse " relativamente aos meus pelouros, estão referidas todas as obras e atividades desenvolvidas no período de 16/04/2015 a 22/06/2015, nos documentos que foram entregues a todos os membros". -----

----- Seguidamente enumerou algumas dessas obras/atividades, as que entendeu serem mais relevantes: -----



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2015)

Freguesia Matriz

- Fornecimento e aplicação de toldos no mercado municipal de Borba;

Arranjos Exteriores

- Limpeza de zonas verdes e pinturas de muros nas piscinas municipais descobertas e colocação de tapete de relva artificial;
- Execução de vedação para furo e depósito de águas do campo de futebol em Borba;
- Arranque de mosaicos partidos em tijoleira e reposição de novos em volta do espelho de água do Jardim Municipal;

Freguesia de Rio de Moinhos

- Execução e conclusão de calcetamento de novo passeio na rua de restauração em Barro Branco;
- Execução de valeta revestida a betão na Av. da estação e reparação de caixa domiciliária de esgoto;

Freguesia da Orada

- Calcetamento de novo passeio na Rua Azinhal Abelho;
- Transporte de britas para Orada com vista à execução de vala drenante no cemitério da Freguesia;
- Colocação de tubo ladrão em rede de esgotos de modo a evitar o alagamento de prédio particular em situação de trovoadas;

Arranjos Exteriores

- Fornecimento de mesas e bancos em mármore para a freguesia

Diversos

- Execução de portão exterior para as instalações da Junta de Freguesia de São Bartolomeu;
- Desmatação mecânica de bermas e valetas em vias rodoviárias do concelho de Borba;
- Limpeza, lavagem e desinfeção de contentores enterrados e de superfície na cidade de Borba e Freguesias;

----- O vereador Joaquim Serra referiu que todas as atividades desenvolvidas, referentes aos seus pelouros, estavam espelhadas no documento distribuído, no entanto, se houvesse algumas questões, estava ali para responder.

----- O membro Joaquim Trincinhas perguntou ao senhor vereador Joaquim Espanhol se o Espelho de água do Jardim Municipal vai voltar a funcionar em breve? Se estava em condições



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2015)

de funcionar? (...)” -----

----- Seguidamente agradeceu a limpeza efetuada aos molok’s. -----

----- **O membro Paulo Ferreira** disse “ (...) no quadro 3, verifico que há um orçamento corrigido na Aquisição de Bens e Serviços e outro na Aquisição de Bens de Capital, ou seja, há mais correções, mas estes dois valores são um pouco superiores”. -----

----- Acrescentou “ (...) eu pergunto tem uma redução grande de cerca de cinquenta e seis mil euros, na Aquisição de Bens de Capital, Bens de Capital estes, que geralmente são utilizados para fabricar outros produtos, ou, utilizar outros produtos que os substituem e evitam compras. Enquanto temos uma aumento bastante grande, na Aquisição de Bens e Serviços. Gostaria de saber se uma coisa possa estar diretamente direcionada com a outra, ou se foi por deficiência (...), a redução grande na Aquisição de Bens de Capital”. -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse ao membro Paulo Ferreira que o município tem um orçamento muito pequeno e que a questão do dinheiro é muito complicada. Informou que o Dr. Passinhas, depois respondia à questão técnica que tinha sido feita. -----

----- **O vereador Joaquim Espanhol** relativamente ao Espelho da Água do Jardim Municipal disse ao membro Joaquim Trincadeiras “ (...), estamos a executar tarefas para tentar meter o Espelho da Água a funcionar. Temos outra ideia que já está em estado avançado, que é colocar uma vedação em volta do Espelho da Água. (...), está previsto começarem a trabalhar amanhã. É uma vedação simples, (...) mas é uma barreira física, para as crianças não caírem lá para dentro (...), tem lá aparelhos dentro (...). -----

----- Continuou “ (...) no que diz respeito aos molok’s, é o seguinte, nós o ano passado fizemos a lavagem dos contentores de superfície (...), e este ano fizemos, um procedimento para fazer a lavagem aos molok’s. (...)foi feita a consulta a três empresas, como é habitual ser feito (...) e foram montadas umas equipas, para que durante sete dias todos fossem lavados todos os molok’s. Acrescentou “ (...), conseguimos também durante esses sete dias lavar os contentores de superfície. Faltam as etiquetas nos contentores de superfície, porque não estava previsto, em orçamento. Já foram pedidas, aguardamos a sua chegada”. -----

----- **O chefe de divisão António Passinhas** disse “ (...) a diferença entre a Aquisição de Bens e Serviços e Aquisição de Bens de Capital, no Orçamento inicial e o orçamento corrigido, tem que ver com diversas coisas (...) A aquisição de bens e serviços, tem que ver com os custos mais volumosos do município nomeadamente, com a água, saneamento, o gás, combustíveis, eletricidade, iluminação pública e muitos outros consumíveis. A aquisição de bens e de capital, seria aquilo que se preferia que o município, pudesse fazer (...), que era fazer investimentos. O que tem estado acontecer durante este ano (...), terá tendência para agravar (...) o orçamento foi tão esmagado, que temos de ir a outras rubricas e retirar-lhe valor para ser possível cabimentar despesa em outras. (...) a DGAL emitiu parecer (junto ao orçamento), em que obrigava o



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2015)

município a reduzir o seu orçamento em cerca de trezentos mil euros, o que fez com que o orçamento fosse mais difícil de gerir. -----

----- Continuou " (...) neste momento a nossa maior dificuldade passa por ter disponibilidade para a assunção de novos compromissos. Em detrimento do capital, é necessário reforçar as rubricas correntes". -----

PONTO TRÊS PONTO DOIS: Análise conducente à aprovação da Ata nº2 da Sessão Extraordinária de 25 de abril de 2015.-----

----- O presidente da Assembleia Municipal colocou a ata à votação, tendo a mesma sido aprovada com **quinze votos a favor** (eleitos do MuB, PS, PSD e CDU). Dando cumprimento ao nº.3 do artigo. 34, do CPA, não votaram os senhores membros: Joaquim Henrique Coimbra Rodrigo e Carlos Alberto Sebo Clérigo. -----

----- No momento da votação estava ausente da sala um membro do PS. -----

PONTO TRÊS PONTO TRÊS: Análise conducente à aprovação da Ata nº3 da Sessão Ordinária de 27 de abril de 2015.-----

----- O presidente da Assembleia Municipal colocou a ata à discussão. -----

Após efetuadas, umas pequenas correções, a ata foi colocada à votação, tendo a mesma, sido aprovada com **dezasseis votos a favor** (eleitos do MuB; PS, PSD, CDU). Dando cumprimento ao nº.3 do artigo. 34, do CPA, não votou o senhor membro Carlos Alberto Sebo Clérigo.-----

No momento da votação estava ausente da sala um membro do PS. -----

PONTO TRÊS PONTO QUATRO: Pedido de autorização de abertura de Procedimentos Concursais para ocupação de diversos postos de trabalho.-----

----- O membro **Ângelo de Sá** disse "(...) eu proponha que fosse dada uma explicação sobre este assunto". -----

----- O presidente da Câmara Municipal disse " (...) isto é capaz de ser das decisões mais complicadas que se deve tomar na vida, tem que ver com pessoas. (...) quando cá cheguei havia uma série de concursos que estavam em aberto e naturalmente eu perguntei se estava tudo bem, (...) estava convencido que estava tudo bem e de um momento para o outro chego à conclusão (vários pareceres jurídicos, que valem o que valem), que não estava tudo bem. (...), falei com muita gente fora daqui, para saber como é que é, falamos de dez pessoas. Não vou discutir os procedimentos concursais, porque não me interessa (...), mas entretanto cheguei à conclusão que havia pareceres que me diziam o contrário. Ou seja, um parecer jurídico da câmara de Borba, que vale o que vale, um parecer jurídico da Comissão de Coordenação do Alentejo, que vale o que vale, e depois falando com algumas pessoas que sabem disto (...), disseram-me claramente que isto era de



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2015)

voltar atrás, porque isto que aqui está, com estes pareceres não vale a pena". -----

----- Continuou " (...) é evidente que já disse que é das coisas mais difíceis que pode haver, falamos de dez pessoas, que eu não vou aqui fazer considerações, que poderiam ter entrado antes ou depois, (...) essas dez pessoas são pessoas adultas (...), grande parte delas com muito tempo de câmara, (...) não houve na minha opinião (...) vontade de tentar resolver a vida dessas pessoas, a vida não, a função das pessoas". -----

----- Acrescentou " (...) depois de basear-me nesses factos jurídicos, que valem o que valem, tive de tomar uma decisão, e essa decisão é minha e é pessoal. Não responsabilizo ninguém da vereação, aliás, qualquer coisa que se passar nesta câmara é minha responsabilidade (ou porque não soube acompanhar-me, ou porque entendi que as pessoas que me deram o conselho não eram as boas). Quando entendi que esses concursos, não tinham a base legal para serem feitos, entendi que esses concursos deviam ser anulados. Não o faço de ânimo leve, faço-o com muita dor, porque falamos de pessoas adulta, muitas delas fartas de trabalhar para esta câmara. A decisão é minha, assumo essa decisão, assumo esta posição (...) as votações valem o que valem, eu sei o que estou a fazer. Por muito que me custe, estou baseado em pareceres jurídicos". -----

----- **O membro Ângelo de Sá** disse " (...), eu estava à espera de uma explicação senhor presidente, isso que o senhor acabou de fazer não me satisfaz, até porque o senhor omitiu, não sei se intencionalmente ou não, um primeiro parecer jurídico. Ou seja, o senhor presidente hoje está aqui a armar-se (tentar vitimar-se), -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** interrompeu ... disse " peço-lhe que tenham calma, estou cansado de pretender que os membros desta assembleia tenham discussões e argumentos elevados. Peço-lhe que me ouçam agora". -----

----- **O membro Ângelo de Sá** continuou ...disse " senhor presidente, eu ouvi atentamente o senhor presidente da câmara e estive calado, quando eu comecei a falar (...), o senhor presidente começou a falar. Se alguém deve encaixar esse recado que o senhor presidente da Assembleia agora disse, e bem, é a pessoa que tem a seu lado". -----

----- Continuou " (...) o senhor presidente omitiu um parecer jurídico inicial, que o teve, não sei se o fez intencionalmente ou não! O senhor presidente possui nesta câmara e nos serviços, é um questão de os pedir, um parecer jurídico da jurista que esteve ao serviço desta câmara durante vinte e quatro anos, foi transversal a todas as forças políticas. Essa jurista deu um parecer em que não se pronunciava sobre a ilegalidade do concurso. O senhor presidente sabe disto muito bem! Quando vem dizer, devia ter sido resolvida a situação antes (...), foi quando pôde ser. Não se trata aqui de resolver a situação de pessoas que cá estavam ou deixavam de estar, abriu-se um concurso"-----

----- Afirmou " esse parecer não correspondia ao desejo do senhor presidente. Aliás, esta conversa de anulação do concurso (...), sugeriu logo nas primeiras assembleias. Ainda antes da jurista que era jurista desta câmara, se ter pronunciado sobre a legalidade do concurso. Como esse parecer não



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2015)

satisfazia a vontade do senhor presidente, não sei porquê (...) ele lá saberá, então pediu um outro parecer jurídico. Parecer jurídico, esse, segundo dados fornecidos pela câmara, não é propriamente um parecer jurídico, mas é uma análise feita pela atual jurista da câmara ao processo de concurso, que vale o que vale". -----

----- Continuou " (...) fez um ofício que enviou para a Comissão de Coordenação Desenvolvimento Regional, e a Comissão de Coordenação Regional, pronunciou-se sobre um ofício enviado pela jurista da câmara. O jurista da CCDRA não contactou com o processo". -----

----- Referiu " (...) o senhor presidente sabe muito bem, foi proferido pelo seu secretário no início desta assembleia, nós eleitos do PS, pedimos todos os elementos do concurso de acordo com o CPA, o prazo terminou na sexta-feira passada, e até agora ainda não recebemos esses dados. Aguardamos (...), não são coisas difíceis, basta copiar as coisas que estão no processo". -----

----- Adiantou " (...) já depois de o senhor presidente, ter o segundo parecer jurídico, em que, a pessoa que está ao serviço neste momento na câmara, dizia que se pronunciava pela ilegalidade, esta câmara admitiu dois trabalhadores. Ou seja, foram dois trabalhadores pelo anterior executivo e dois trabalhadores admitidos por este executivo. Não se entende, se já tinham um parecer jurídico, que se pronunciava pela ilegalidade (...) não se entende, porque é que avançou com a contratação de mais dois trabalhadores". -----

----- **O membro Paulo Ferreira** disse " a nossa pergunta centra-se na página 8, na alínea d) " *Os encargos com os recrutamentos em causa estão previstos no orçamento municipal, conforme informações de cabimento anexas à presente informação*". Chamo atenção que eu, pessoalmente não recebi, nenhuma informação em anexo. Não sabemos neste caso quais são os encargos, por outro lado, esta falta de informação conduz-nos a uma tomada de posição, que será abstenção, porque entendemos, que quem ganha as eleições deve governar na forma que entende e seja legal, obviamente. Realçou " (...), não temos neste momento toda a informação disponível, (...) os encargos financeiros, que presumo que sejam estes previstos no orçamento, não estão". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse " (...) nunca fui vítima de coisa nenhuma, o que faço assumo, estou tranquilo, quando falo de pessoas, pessoas adultas (...), pessoas de 2008 - 2013; pessoas de 2010- 2013, pessoas de 2003- 2013; pessoas de 2007-2013 (...); pessoas que estão aqui desde 2005-2013 (...). Eu não falo em pessoas, falo em funções, e pergunto a mim mesmo (...), porque é que em 2010, há necessidade desta câmara ter uma determinada função, o aviso é publicado a 16/11/2010, prova de conhecimento a 06/12/2010, avaliação psicológica a 10/12/2010 e a entrevista profissional a 16/12/2010. Reparem bem, falamos num mês, porque havia necessidade de uma determinada função ser ocupada, essa pessoa nem sequer vínculo tinha à câmara". -----

----- Afirmou " (...) o que eu estou assumir, são pareceres jurídicos, e com base nesses pareceres jurídicos, naturalmente que anulei, os concursos, assumindo a responsabilidade claramente. (...) é uma decisão minha que me dói muito, mas assumo-a completamente, (...)". -----



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2015)

----- Disse " (...) no dia em que tomei posse, disse que iria fazer uma auditoria, falei com o senhor Dr. Passinhas, que me disse que não, havia muito dinheiro, naturalmente que essa auditoria, antes de eu sair daqui é feita. Uma auditoria completa à câmara, uma auditoria completa aos procedimentos todos da câmara, (...). Se eu, como presidente, não conseguir resolver a situação de pessoas que trabalharam nesta câmara á cerca de 10, 20 anos, não estou aqui a fazer nada. Anteriormente, outras pessoas não resolveram estas situações, resolveram outras situações de acordo com as conveniências (...). Estou assumir aqui a minha decisão, não me escondo cobardemente, como muita gente o fez. (...) é uma vergonha completa, num concurso, a guarda republicana ir a casa de uma pessoa, é uma vergonha!". -----

----- Realçou " (...) eu assumo a responsabilidade, coisa que vocês não são capazes de fazer, (...) resolveram só de quem queriam resolver, como queriam resolver, não ligaram importância nenhuma às pessoas, é isso que têm de perceber. Eu ligo importância às pessoas, entendem! Resolvo e vocês não resolveram coisa nenhuma, usaram". -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** disse " senhor membro Guégués, manda o decoro, decência e a democracia, que cada um se inscreva, quando o tem que fazer, e não ande com apartes. Eu acho que isso não é um ato de posição digna de um membro desta assembleia, que eu julgo distinta". -----

----- **O membro Ângelo de Sá** disse " (...) ainda não consegui perceber (...) em que parecer jurídico, o senhor presidente da câmara se baseia. Se é no primeiro parecer jurídico da anterior jurista da câmara que falava na legalidade do concurso, se no segundo parecer da atual jurista da câmara que faz um ofício que envia para CCDRA, e que a CCDRA diz, que a ser verdade então deve-se declarar nulidade. Mas a CCDRA não teve acesso ao processo. As conversas que o senhor presidente fez da GNR, não têm nada que ver com o que estamos a falar. Estamos a falar de um concurso". -----

----- Referiu " quando se fala de importância pelas pessoas (...), e quando se tenta meter pessoas em causa, é preciso ter cuidado com aquilo que se diz. O senhor presidente demorou vinte meses, para notificar por escrito os quatro trabalhadores que estavam no quadro da câmara, da intenção de ir anular o concurso, e só notificou os restantes no dia 22 de junho, embora as cartas só tenham chegado no dia 29 de junho. -----

----- Realçou " (...) segundo informações que temos, esses quatro trabalhadores, tiveram uma conversa com o senhor presidente da câmara, na qual lhes foi dito, que vão sair do quadro, mas ficarão a trabalhar, numa empresa de trabalho temporário, e posteriormente serão eles que ficaram posicionados em primeiro lugar no futuro concurso, isto foi dito na presença da atual jurista da câmara". -----

----- Continuou " (...) com base nisto, o município procedeu a um concurso tipo concurso interno para onze trabalhadores e vem hoje aqui, solicitar a autorização para a abertura de um, para pessoas



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2015)

que não tenham vínculo à função pública. Nós consideramos que a anulação deste concurso (...), é um concurso que é anulado exclusivamente por razões políticas, e por falta de vontade (...) em resolver o problema deste concurso. Não acreditou num parecer de uma pessoa que foi jurista desta câmara, durante vinte e quatro anos e pediu um pseudo-parecer a uma outra pessoa que cá neste momento". -----

----- **O membro Augusto Guégues** disse " (...) penso que todos aqui presentes, já viram as contradições em que o senhor presidente cá, manda abaixo um concurso destes, fazendo promessas às pessoas para o concurso seguinte. Mas o que é isto? Desvinculam-se pessoas, e promete-se (...), que no próximo concurso serão os primeiros. Mas existe alguma transparência nisto?". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** disse "(...) não sou de forma nenhuma político, e tudo o que sejam decisões humanas, que somos obrigados a tomar todos os dias, é muito complicado. Chamem-lhe vitimização, transparência o que quiserem, eu estou assumir claramente uma situação que não tenho prazer nenhum estar assumir (...), e promessas não fiz a ninguém. O que farei (...), é abrir os concursos (...) e as pessoas que concorrerem serão obrigados a responder a determinados itens (...). Promessas, não faço a ninguém"! -----

----- Frisou " (...) o que estou aqui assumir, é uma coisa muito séria (...), é fazer justiça, que é aquilo que vocês, lamentavelmente não foram capazes de fazer (...)". -----

----- Seguidamente referiu o que tinha dito no dia da sua tomada de posse " (...) uma auditoria por respeito a quem cá esteve, agora uma auditoria pelo respeito pelas pessoas que cá estiveram, mas uma auditoria completa, normal e de procedimentos (...). Mandem os documentos para onde quiserem (...) aliás aqui a assembleia é uma espécie de correio para os senhores.-----

Continuou, relativamente ao pedido de documentos referentes aos procedimentos concursais, disse ao senhor membro Ângelo de Sá " (...) o senhor sabe melhor que eu, que falamos de situações pessoais, e naturalmente (...), pedi um parecer a quem sabe disto, para saber até que ponto posso entregar esses documentos. (...) ou melhor, normalmente quem faz as avaliações psicológicas das pessoas selecionadas nos procedimentos concursais é o IEFEP, mas eu tenho aqui uma outra empresa o Factor H, que fez os exames psicológicos a dez pessoas, num concurso feito assim (...) e que custou ao município dois mil trezentos e noventa e oito euros, a fatura é de 29-10-2013, nós ganhamos as eleições no dia 29 de setembro, tomamos posse no dia 21 de outubro (...). Todas as pessoas que concorrem terão todas, o mesmo tratamento. Com justiça e com respeito eu serei sempre assim (...). O que está aqui em causa é resolver, e legalizar situações que na minha opinião e com pareceres jurídicos não estavam corretas". -----

----- Continuou " (...) é lamentável que a maior parte dessas pessoas que concorreram, tinham tido todo o tempo para resolver os assuntos delas, o assunto de vigilante, de sociólogo, comunicação e não os resolveram porquê? E resolveram outros assuntos porquê? Por uma decisão política (...), não



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2015)

vale a pena como adultos andarmos a enganar uns aos outros, eu não engano ninguém, e houve pessoas que enganaram pessoas (...)" -----

----- **O membro Ângelo de Sá** perguntou ao senhor presidente em qual parecer jurídico é que o senhor presidente se tinha baseado? " Se se baseou no parecer jurídico da jurista desta câmara que falava na legalidade do concurso ou numa coisa que não é um parecer jurídico, é uma análise da forma como o concurso decorreu e que foi enviado para a CCDRA, a versão de uma pessoa e é com base nisso que o senhor presidente toma essa decisão". -----

----- **O presidente da Câmara Municipal** respondeu ao membro Ângelo de Sá " baseei-me no segundo parecer jurídico e no parecer jurídico da CCDRA (...)". -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido aprovado por **maioria com 11 votos a favor (eleitos do MuB e CDU), 4 votos contra (eleitos do PS) e 2 abstenções (eleitos do PSD)**. No momento da votação estava ausente da sala um membro do PS. -----

----- Os eleitos do PS apresentaram uma declaração de votos (que se arquiva em pasta anexa como **documento nº10**) e seguidamente se transcreve: -----

- Declaração de voto -----

" No mundo de hoje constatamos que existem dificuldades de natureza diversa que tem levado a um aumento galopante de desemprego, onde é cada vez mais difícil celebrar contratos de trabalho por tempo indeterminado no setor privado e quase impossível no setor público e autárquico devido aos entraves colocados pelos vários organismos que tutelam as autarquias locais. -----

- O Município de Borba promoveu um procedimento concursal aberto pelo aviso nº8518/2013, publicado na 2ª Série do Diário da República nº 127, de 4 de julho de 2013, destinado à ocupação, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado de 14 postos de trabalho. -----

- Refira-se que o procedimento referido teve por base a legislação em vigor na época, bem como todos os pareceres técnicos e jurídicos que a mesma obrigava, quer dos serviços da autarquia, quer dos organismos que tutelam as autarquias locais. -----

- Em outubro de 2013 houve eleições autárquicas e desde a tomada de posse o senhor presidente António Anselmo manifestou interesse em anular este procedimento concursal, argumentando sem nada saber que o concurso esta "malfeito". -----

- Por considerar que o concurso estava malfeito, solicitou parecer á jurista e advogada da Câmara de então. O parecer emitido não o satisfaz, dado que o mesmo não se pronunciava sobre a ilegalidade do concurso. (Bastará consultar atas das reuniões de câmara onde este assunto foi tratado). Este parecer porque não estava de acordo com os objetivos do senhor presidente de anular o concurso, levou-o a solicitar outro parecer à atual jurista da Câmara, que prestou o parecer de acordo com o desejo do senhor presidente de anular o concurso e que já está integrada no quadro da câmara de



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2015)

- Borba. -----
- O senhor presidente da Câmara deveria ter pedido ao chefe de Divisão Administrativa e Financeira/ Recursos Humanos todos os pareceres sobre a legalidade do concurso feito em 2013, assim como à anterior jurista e advogada da câmara. -----
 - O anterior executivo PS da Câmara Municipal apenas colocou até outubro de 2013 ao serviço dois (2) trabalhadores deste concurso de 14 vagas existentes, exatamente para cumprir as regras impostas pela Direção Geral das Autarquias Locais. No que se refere à redução do número de trabalhadores ao serviço até ao fim de 2013, os serviços de pessoal da câmara informaram que apenas dois (2) podiam ser admitidos. -----
 - Posteriormente o atual executivo MuB colocou mais dois (2) trabalhadores do concurso realizado em 2013, pelo executivo PS. -----
 - Passados vinte (20) meses o senhor presidente da câmara notifica por escrito os quatro (4) trabalhadores que estão no quadro, da intenção de anular o concurso, e notificou sé em 22/06/2015 os restantes 10 que aguardam colocação (embora os primeiros ofícios só tenham chegado a 29/06/2015). -----
 - Após os quatro (4) trabalhadores do quadro colocados do concurso realizado em 2013, que agora notificou, prometeu que vão sair do quadro mas ficarão a trabalhar através duma empresa de trabalho temporário e posteriormente serão eles que ficarão posicionados em primeiro lugar num futuro concurso (toda esta conversa foi feita na presença da jurista da câmara) e portanto ficarão no quadro da câmara. -----
 - Entretanto o Município de Borba promoveu novo procedimento concursal aberto pelo aviso 5388/2015, publicado na II Serie do Diário da República nº95 de 18/05/2015, destinado à ocupação em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado de 11 postos de trabalho, destinado a trabalhadores com vínculo à função pública. -----
 - Consideram os Eleitos do PS que o Senhor Presidente anulou o primeiro concurso (2013) com base num parecer dado pela CCDRA a um ofício/pedido de esclarecimento, elaborado pela nova jurista da Câmara que consideramos ter muita informação distorcida para ir de encontro aos objetivos do Presidente da Câmara. -----
 - Consideram que estamos perante uma anulação dum concurso e abertura de novo concurso por razões exclusivamente políticas. -----
 - Consideram que esta atitude do senhor presidente é tomada de forma leviana e irrefletida não mostrando qualquer sensibilidade pela vida dos trabalhadores. -----
 - Pretende agora o Sr. Presidente vir a abrir novo procedimento concursal para candidatos que não possuam vínculo de emprego público por tempo indeterminado, à semelhança do concurso que havia aberto em 2013 e agora declarado nulo pelo senhor presidente sem razão para tal. -----
 - Em face disto os Eleitos do PS votam contra a proposta de abertura de novo procedimento



Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2015)

concurral sem que o anterior seja concluído. -----

- Os eleitos do PS -----

PONTO TRÊS PONTO CINCO: Proposta de 1ª Revisão Orçamental (1ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 1ª Revisão ao Orçamento da Receita e 1ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais).

----- O presidente da Câmara Municipal disse que aquele ponto tinha que ver com o saldo de gerência do ano anterior, e que esse saldo ser aplicado nas Águas do Centro Alentejo. -----

----- O chefe de divisão António Passinhas disse que “ (...) é uma revisão orçamental para integrar apenas o saldo da gerência anterior. No ano anterior houve uma diferença entre receita e despesa favorável no montante de cento e vinte e três mil euros, e agora é solicitado a integração desse saldo no orçamento do ano”. -----

----- Referiu que aquele valor iria ser aplicado na despesa do Saneamento e Abastecimento de Água. -----

----- Informou que tinha sido solicitado um parecer à DGAL, a qual fez alguma serie de reparos, quanto a isso. Adiantou que aquela situação tinha que ver com o facto de terem sido obrigados a diminuir o orçamento. -----

----- O presidente da Câmara Municipal colocou o documento à votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade dos membros presentes**. No momento da votação estavam ausentes da sala dois membros. -----

PONTO TRÊS PONTO SEIS: Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Borba.

----- O presidente da Câmara Municipal informou que o executivo tinha entendido que era necessário existir um Regulamento daqueles, visto existir no concelho várias pessoas às quais poderiam atribuir distinções honoríficas. Acrescentou, que aquele Regulamento tinha obedecido a todos os procedimentos devidos e legais e agora estava ali para aprovação, ou não, na assembleia municipal. -----

----- O membro João Pedro disse “ (...) senhor presidente sei que este Regulamento foi enviado para todas as forças políticas, peço desculpa (...), só ontem olhei para ele, e queria propor uma correção e propor um acrescente (...). Em primeiro lugar no artigo 6º, página 3, penso que deveria constar “ **Cidadão Honorário da Cidade de Borba**” e não “**Cidadão Honorífico da Cidade de Borba**”, para ficar o termo correto”. -----

----- Salientou “ (...) a sugestão para acrescentar, (...) fica demasiado curto em termos de distinção, (...) deveria ser criado aqui uma nova medalha, a **Medalha Mérito Cidadania**, que pudesse abarcar questões como os Direitos Humanos, Igualdade de Género, os Direitos dos Animais, Voluntariado (...)”. -

----- Terminou a sua intervenção, informando ser aquela a sua posição relativamente ao Regulamento. -----



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2015)

----- O membro **António Júlio Prates** desejou boa noite a todos os presentes, e referiu " no artigo 2.º nas *Competências para a Atribuição*, acho aqui algumas lacunas que no futuro poderão ser muito graves. Ou seja; **A atribuição das distinções honoríficas é deliberada pela Câmara Municipal, sob proposta fundamentada do Presidente ou de um Vereador**. Isto num futuro próximo, ou mais longínquo, com este Regulamento, os vereadores ou o presidente que estiver no exercício de funções (neste momento somos todos pessoas de bem (...)),mas no futuro não saberemos como é que as coisas vão ser feitas. Quem estiver no poder, pode usar e abusar, deste Regulamento de Distinções Honoríficas, até para fins de campanha eleitoral". -----

----- O presidente da Assembleia Municipal perguntou ao membro António Júlio Prates, se propunha uma alteração àquele Regulamento? -----

----- O membro **Ângelo de Sá** disse "(...) com o devido respeito pelas intervenções que foram feitas e até poderão ter parcialmente razão, algumas delas, é lamentável que só venham agora".----- Seguidamente disse " (...) a bancada do partido socialista está disposta a aprovar, no entanto, se se levantam estas questões, não sei se não era de rejeitar e voltar para trás, ou então ser aprovado, e a seguir era feita uma proposta de alteração, voltava novamente á câmara, ia a discussão pública e voltava novamente à assembleia municipal. Eu não sou jurista senhor presidente, mas penso que estes são os passos legais (...)". -----

----- O presidente da Assembleia Municipal disse ao membro Ângelo de Sá que a sua opinião fazia todo o sentido, no entanto ia colocar essa questão ao plenário para que todos se manifestassem. -----

----- O membro **João Pedro** disse que tinha sido sua intenção partilhar as suas propostas com todos os membros, daí o ter exposto ali a sua posição. -----

Acrescentou "(...) não vejo mal nenhum em que se vote o Regulamento com a redação que tem, e depois se possam fazer as alterações, e votar novamente na câmara e na assembleia". -----

----- O presidente da Assembleia Municipal disse " (...) qualquer que seja a redação, tem que haver um critério, e quanto mais rígido e fixo for o critério, mais facilmente para o decisor é executar aquele critério. Se os critérios forem precisamente rígidos, não há hipótese nenhuma de haver contestação". ---

----- Informou que iria colocar o documento à votação, no entanto posteriormente, seriam apresentadas aquelas propostas á câmara municipal, e seguidamente todo o procedimento decorreria normalmente. ---

----- O documento foi **aprovado por maioria, dezasseis (16) votos a favor (eleitos do MuB, PS, PSD e CDU) e uma (1) abstenção (eleito do MuB)**. -----

----- No momento da votação estava ausente da sala um membro municipal. -----

----- Um membro do MuB, apresentou e leu uma declaração de voto (que se arquiva em pasta anexa como **documento nº 11**), que seguidamente se transcreve: -----

Declaração de voto; -----

Ao observar em profundidade o Projeto de Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Borba, transitei pelas Modalidades das Distinções Honoríficas, percorri as Competências para a



Borba

Município de Borba

Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2015)

atribuição das Distinções Honoríficas, palmilhei os Critérios de Atribuição das medalhas, olhei com atenção a Descrição das Nobres Insígnias de Borba, e, após examinar o documento com a atenção que este importante assunto me merece, não poderia deixar de percorrer cada uma das medalhas, da mesma forma que não poderia deixar de discorrer alguns efeitos secundários destas comendas onde acabei por vislumbrar, através do tempo, medalhas atribuídas por mérito, medalhas conferidas por adequação, medalhas concedidas por remorsos, medalhas ao peito, diplomas de mérito pregados pelas mais distintas paredes do concelho de Borba, sessões solenes, muitas palmas, ainda mais inveja, bastantes sorrisos multifacetados, e, independentemente da forças partidárias que estiverem no poder, um município candidato a ser um dos concelhos mais medalhados do país, nos próximos vinte, trinta, ou quarenta anos, atendendo ao facto de vivermos numa subdivisão de um distrito administrativo onde as pessoas são contadas pelas cabeças e onde os candidatos às medalhas se conhecem quase todos uns aos outros. E sem querer dar demasiada relevância ao facto de o costureiro da nossa Primeira-dama ter sido galardoado, no passado dia 10 de junho, com a Ordem do Infante D. Henrique, nem tão-pouco estar obstinado pelo facto de considerar que quem merece medalhas, não as deseja, e quem deseja medalhas, não as merece, na minha opinião, este Projeto de Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Borba carece de algum rigor na atribuição de algumas das medalhas, e tal como está regulamentado, poderá ser um alvo apetecível para as forças do poder usarem, futuramente, estas Distinções Honoríficas de uma forma incorreta e populista, nomeadamente em anos de Eleições Autárquicas e em períodos de campanha eleitoral.-----

Tenho consciência que estas Distinções Honoríficas contêm nas suas nobres intenções a sigla da justiça e que abarcam no seu ilustre pano de fundo o estandarte da gratidão, mas atendendo às intenções beneméritas e às graves lacunas, que achei neste Projeto de Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Borba, abstenho-me na sua votação. -----

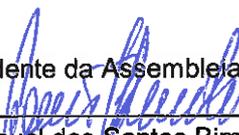
----- O membro da assembleia Municipal de Borba – António Florindo Prates” -----

----- **O presidente da Assembleia Municipal** informou que iriam ser lidas, em voz alta, e votadas, as quatro minutas.-----

----- Colocadas a votação, as minutas foram aprovadas por unanimidade, e ficarão arquivadas em pasta anexa. -----

----- Por não haver mais assuntos a tratar o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pela uma hora do dia 01/07/2015, da qual se lavrou a presente ata composta por trinta e sete páginas, que por ele vai ser assinada e pelos secretários. -----

O Presidente da Assembleia Municipal


Luiz Manuel dos Santos Birnbo



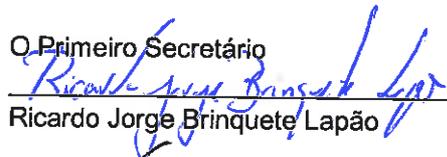
Borba

Município de Borba

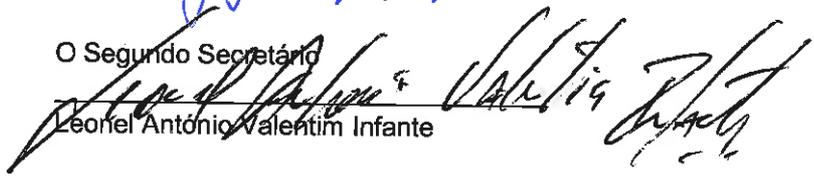
Assembleia Municipal

(ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2015)

O Primeiro Secretário


Ricardo Jorge Brinquete Lapão

O Segundo Secretário


Leonel António Valentim Infante

